

Depoimento

"O 24 de Abril no Posto de Comando do MFA na Pontinha"

Relativamente ao texto do nosso camarada José Carlos de Vasconcelos sob o título em epígrafe (narrativa dos acontecimentos ali ocorridos quando o MFA libertou o País) recebemos do capitão-de-fragata Seixas Louça, a seguinte carta, que a seguir publicamos na íntegra, seguido de um breve esclarecimento daquele nosso companheiro de trabalho.

«Quebro pela primeira vez o silêncio a que voluntariamente me remeti, quanto aos órgãos de comunicação social, após o 25 de Abril, por considerar que não foi correctamente apresentado no último número de «O Jornal» o relato referente à acção da fragata «Almirante Gago Coutinho» de que eu era comandante naquela data. E faço-o só agora porque as diversas e sucessivas entidades responsáveis da Armada ainda não procuraram até ao momento, e apesar das minhas instâncias, esclarecer publicamente a questão, para o que possuem suficientes dados, nomeadamente os decorrentes de um inquérito, que já havia sido objecto de recomendações expressas dos Conselhos de Classe da Armada em Agosto de 1974 e Fevereiro de 1975, e ao qual se procedeu finalmente — há cerca de um ano. Faço-o, também, porque tenho verificado que a maioria dos órgãos de comunicação social tem apresentado esta questão baseados naquilo que se poderá considerar como a «verdade oficiosa» — bem diferente da real.

Assim:

1 — As preocupações e receios do então capitão-tenente Vítor Crespo, em relação ao perigo que poderia representar a fragata «Almirante Gago Coutinho», frente ao Terreiro do Paço, na manhã de 25 de Abril de 1974, em momento algum influenciaram as minhas decisões, até porque nem sequer tiveram oportunidade de se fazerem sentir.

2 — A comunicação enviada pelo Comando do Movimento para o navio e que, conforme me informaram dias depois, teria sido da autoria do capitão-tenente Vítor Crespo, para que o navio baixasse as peças e saísse a barra, nem sequer foi considerada por mim que desconhecia completamente os objectivos revolucionários bem como a identidade dos seus mentores. Os únicos elementos de que dispunha para apreciação dos acontecimentos que então se desenvolviam levavam-me a supor estar perante uma tentativa dirigida por pessoas cujas ambições e perfil político não me inspiravam confiança num movimento que porventura encabeçassem — como mais tarde se viria a verificar.

De salientar que as peças que se retendia fossem baixadas haviam sido mandadas colocar por mim em elevação máxima para que — enquanto o navio se movimentava a alta velocidade, como forma mais eficaz de defesa — não apontassem para terra, evitando deste modo que as forças que ocupavam o Terreiro do Paço e as pessoas pudessem sentir-se visadas por elas.

3 — Nunca tive intenção de bombardear o Terreiro do Paço, caso essa ordem viesse a surgir. Pelo contrário, havia encarado a possibilidade de tal ordem ser dada ao navio e comunicara a bordo que a considerava inexecutável, pelo que não poderia ser cumprida.

4 — Porém, nunca do Estado-Maior da Armada ou de qualquer outra entidade veio ordem para o navio alvejar o Terreiro do Paço.

5 — O imediato do navio,

1.º tenente Caldeira Santos, que durante toda a manhã do dia 25 de Abril se me apresentou com ar deprimido e comportamento doentio, muito pálido e nervoso, face aos acontecimentos que estavam a desenvolver-se, tem vindo a surgir, também, como tendo alterado decisivamente o decorrer dos acontecimentos.

Falso e triste candidato a herói tal como o têm apresentado, pois não corresponde à verdade que ele ou qualquer outro oficial me tenha alguma vez demonstrado frontalmente qualquer oposição à minha actuação como comandante do navio e me tenha imposto qualquer decisão contrária à minha vontade.

6 — Devo acrescentar que nunca qualquer dos oficiais de bordo — que tinham fundadas razões para ter de mim a imagem, no vosso jornal mencionada, de desafecto ao regime fascista — me elucidou sobre os objectivos programáticos do Movimento, ou da sua existência na Armada. Mesmo na própria tarde de 25, pelas 14 horas, com o navio já fundeado frente ao Terreiro do Paço — aonde se manteve até ao fim do dia — e ultrapassada a situação de perigo imediato a que o navio estivera exposto, na reunião geral de oficiais por mim convocada para apreciação da situação e definição de comportamentos futuros, mantiveram o mais absoluto silêncio sobre a natureza da revolução em curso.

7 — No seguimento das várias diligências que desde há três anos tenho vindo a realizar, a fim de esclarecer toda a verdade e torná-la pública, em final de Abril passado comuniqui ao CEMA a minha intenção de requerer que fosse submetida à apreciação do Conselho Superior de Disciplina da Armada, a fim de obter o seu parecer, esta questão, intenção esta que aliás, já se concretizou, esperando eu que aquele Conselho — num dos âmbitos para que existe — se pronuncie sobre uma questão que tem afectado o meu nome.

Penso que assim se poderá evitar a deturpação factual que decorre do desejo de empolamento da sua actuação por parte de alguns protagonistas navais (incluindo aquele que apresenta ser a principal fonte — e figura — do «documento» apresentado) num esforço de auto-sobrevivência que não era necessário e em nada conforme com a humildade inicialmente apreçoada.

Devo ressaltar que não me move o desejo de criar divisões, mas tão-só que se saiba a verdade sobre uma questão que tem sido deturpada com fins que, logo após o 25 de Abril, serviram de imediato os objectivos políticos dos detentores do poder naval, mas não justificam uma formação histórica baseada em factos falsos e não no que efectivamente aconteceu e que vai sendo altura de, com a humildade que dá força moral, ser reconhecido por todos os responsáveis.

Espero, que na perspectiva constante de busca de verdade que me habituei a prezar no vosso jornal, este meu esclarecimento seja integralmente publicado.

Subscrevo-me, etc. — António Seixas Louça (capitão-de-fragata RAa)

"O JORNAL"

8-6-77 pg. 8